

# FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: UM CAMINHO POSSÍVEL PARA SUPERAR OS DESAFIOS NO CONTEXTO DAS DIFERENÇAS

Maria Eliane Côgo Machado<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo trata da superação de inúmeros desafios encontrados pelos professores da educação infantil, os quais, recebem a cada ano letivo, diferentes grupos de crianças na faixa etária de quatro e cinco anos que devem estar matriculadas nas escolas recebendo uma educação de qualidade. Nesse contexto educacional, as crianças são provenientes de diferentes meios sociais, culturais, étnicos, econômicos, religiosos, de gêneros, altas habilidades, síndromes, deficiências, diferentes estilos de aprendizagens, indisciplina e desmotivação. O que torna um desafio para o docente pois, precisa ter simultaneamente um olhar plural e individual para acolher as diferenças, valorizar, respeitar, e promover a interação entre as crianças; garantir a aprendizagem e o desenvolvimento humano e integral como determina a Base Nacional Comum Curricular. Diante do exposto, esta investigação se propõe a responder o seguinte questionamento: Como o professor pode superar os desafios encontrados ao trabalhar com os diferentes grupos de crianças na educação infantil? Partindo desta pergunta, o objetivo do estudo foi descrever práticas que contribuem para o professor superar os desafios encontrados mediante as diferenças. A metodologia desta pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica exploratória, de abordagem qualitativa, baseada em fontes seguras que exige do pesquisador um olhar crítico e compreensivo diante dos poucos escritos existentes. Deste modo, conclui-se que existem diversas práticas e ações que contemplam as diferenças. Porém, a relevância para a superação dos desafios está na formação continuada dos professores no contexto de trabalho, um caminho possível para refletir, discutir, planejar, trocar experiências, aprimorar e buscar novos conhecimentos.

**Palavras-chave:** Educação infantil, Diferenças, Desafios, Formação, Superação.

## INTRODUÇÃO

O trabalho pedagógico na educação infantil apresenta inúmeros desafios para os professores pois, a cada ano letivo que se inicia, novos grupos se formam nas salas de aulas, advindos de diferentes contextos sociais, culturais, econômicos, étnicos, religiosos, de gêneros, altas habilidades, síndromes, deficiências físicas e mentais. Além dos diferentes estilos de aprendizagens, indisciplina e desmotivação. O que exige do educador um olhar pedagógico que abrange as singularidades envolvidas por um contexto plural que demanda estratégias pontuais para contemplá-las.

De forma geral, o professor de educação infantil é desafiado a atrelar as aprendizagens dos conteúdos às vivências e necessidades individuais das crianças para

---

<sup>1</sup> Mestranda do Curso de Ciências da Educação da Universidade Autónoma de Asunción – PY, [tutoria.defesa@uaa.edu.py](mailto:tutoria.defesa@uaa.edu.py).

que elas possam se situar no mundo, identificar-se com o que lhes é ensinado e também sentirem-se valorizadas. Deste modo, esta pesquisa é importante, pois contribui de forma direta para outros estudos, discussões, formação continuada dos professores, possibilita o aprimoramento da prática pedagógica, além de favorecer o desenvolvimento integral das crianças e corroborar para a superação dos desafios.

Nesse sentido, a escolha do tema se deu pela necessidade de o professor estar cada vez mais preparado para acolher as crianças, em especial, na faixa etária de quatro e cinco anos, já que está previsto em Lei a obrigatoriedade de estarem matriculadas nas instituições de educação infantil, com garantias de educação de qualidade.

Em conformidade, a Base Nacional Comum Curricular visa o desenvolvimento humano e integral do educando por meio da convivência entre as crianças, respeitando e valorizando as diferenças. Logo, é preciso que o docente tenha um olhar simultaneamente plural e aguçado para contemplar as singularidades, num ambiente plural. Dado o exposto, este estudo se propõe a responder a seguinte problemática: Como o professor pode superar os desafios encontrados ao trabalhar com os diferentes grupos de crianças na educação infantil?

O trabalho com crianças pequenas é extremamente exigente, desafiador, envolve muitas responsabilidades e, prevê como uma de suas principais tarefas, a formação de sujeitos críticos que saibam viver em sociedade. Dessa forma é preciso que o docente tenha simultaneamente um perfil instigador, empático e criativo. Assim sendo, esta pesquisa tem por objetivo descrever práticas que contribuem para o professor superar os desafios encontrados no trabalho com os diferentes grupos de crianças.

Por conseguinte, a preparação do professor para atender as crianças, oferecer um ensino de qualidade, contemplar e valorizar as diferenças no trabalho coletivo é imprescindível. Em contrapartida, as instituições de educação infantil precisam posicionar-se legalmente e estar com suas propostas pedagógicas contextualizadas e alinhadas à Base Nacional Comum Curricular, a qual, visa o pleno desenvolvimento humano e integral do educando por meio da convivência entre as crianças, respeitando e valorizando suas diferenças. E dessa forma, exige também, que o docente tenha um olhar voltado para o plural e simultaneamente aguçado para considerar as singularidades.

Este trabalho situa-se, no contexto da pesquisa bibliográfica exploratória e tem como base a abordagem qualitativa, a qual, discutiu-se sobre os meios de superar os desafios encontrados na prática pedagógica, pelo docente, para contemplar e valorizar as

diferenças das crianças, suas finalidades e propostas subsequentes dos Marcos Legais para a educação infantil.

Obteve-se como resultado da pesquisa, propostas de atividades pedagógicas que estão em consonância com a Base Nacional Comum Curricular, as quais, destacam-se: jogos pedagógicos e simbólicos, músicas, danças e brincadeiras que contemplam as diferenças. Sobressaindo-se devido a sua importância a formação continuada de professores, no contexto de trabalho, a qual, oportuniza a troca de experiências, discussões, planejamentos e busca de novos conhecimentos, que contribuem para aprimorar a prática pedagógica e conseqüentemente oferecem subsídios para conhecer, contemplar e valorizar as diferenças humanas existentes entre as crianças, transformando os desafios em novos caminhos.

## **METODOLOGIA**

O desenvolvimento metodológico deste estudo ancora-se numa pesquisa bibliográfica fundamentada em livros físicos e artigos científicos publicados na internet. Para a seleção destes materiais utilizamos a digitação de palavras-chaves referentes ao tema, nos buscadores de sites universitários, de eventos científicos e foram selecionados a partir da leitura dos resumos, resultados e discussões. Esta busca nos permitiu constatar que há poucos escritos direcionados ao problema da pesquisa em questão, e quando encontrados, são tratados nas perspectivas da diversidade e inclusão. Mediante o percurso exigido pela pesquisa bibliográfica Marconi (2003, p. 183), adverte que o seu objetivo “[...] é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito, ou filmado, inclusive, conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos de alguma forma, quer publicadas, quer gravadas”.

Tendo em vista aprofundar os conhecimentos sobre o tema, obter maior familiaridade com o problema de pesquisa e formular novas ideias, a metodologia desta investigação a caracteriza como pesquisa exploratória. Os dados foram coletados através de anotações e fichamentos. Segundo Gil (2008, p. 27), “[...] são desenvolvidos com o objetivo de proporcionar visão geral de tipo afirmativo, acerca de determinado fato [...]”. Diante do exposto, esta é uma pesquisa que exige uma revisão da literatura, aprofunda o conhecimento e estrutura a discussão do assunto.

Quanto a abordagem da pesquisa trata-se de um estudo qualitativo, pois:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos, a operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21 - 22).

Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa em pesquisa são contrários as teorias que defendem um modelo único de pesquisa para todas as ciências, principalmente, se baseado nos moldes positivista. E também se recusam a validar seus conhecimentos por meio de métodos quantificáveis que venham modificar-se em leis e elucidações universais, pois asseguram “[...] que as ciências sociais têm sua especificidade, que pressupõe uma metodologia própria (GOLDENBERG, 2004 p. 17).

A metodologia do artigo deverá apresentar os caminhos metodológicos e uso de ferramentas, técnicas de pesquisa e de instrumentos para coleta de dados, informar, quando for pertinente, sobre a aprovação em comissões de ética ou equivalente, e, sobre o direito de uso de imagens.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Após o levantamento dos materiais bibliográfico, passou-se ao estudo e compreensão da literatura, iniciando-se pelos marcos legais. Visto que, são Leis e Normativas que asseguram a educação brasileira, decorrentes de fatos, estudos, lutas e desafios da sociedade. E resultam de um processo histórico, político e econômico, os quais, foram despertando olhares para a valorização das diferenças, presentes nos grupos de crianças das instituições de educação infantil, no decorrer dos anos. Aflorando mais precisamente, a partir das últimas décadas do século XX e prosseguindo no decorrer do século XXI.

No decorrer do processo, cabe ressaltar que houveram eventos nacionais e internacionais, através dos quais, elaborou-se várias Leis e documentos que aos poucos foram se afunilando em direção à educação infantil, dentre elas, destacam-se a formação dos professores e a valorização das diferenças.

Dentre as quais, nomeia-se, a Constituição Federal ((1988); A Convenção das Nações Unidas (CRC), 1990), sendo criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96 (1996); O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil em três volumes, (1998); Em 1999, no ensejo de contribuir com o alinhamento das propostas pedagógicas das escolas,

surge as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. “Em coerência com esse processo histórico, político e técnico, o MEC define a Política Nacional de Educação Infantil com suas diretrizes, objetivos, metas e estratégias” em 2005, (BRASIL, 2005, p. 16).

Em 2006, foi lançado os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Infraestrutura para Educação Infantil, com o objetivo de:

“[...] ampliar os diferentes olhares sobre o espaço, visando construir o ambiente físico destinado à Educação Infantil, promotor de aventuras, descobertas, criatividade, desafios, aprendizagem e que facilite a interação criança-criança, criança-adultos e deles com o meio ambiente. O espaço lúdico infantil deve ser dinâmico, vivo, “brincável”, explorável, transformável e acessível para todos (p. 8, 2006).

No ano seguinte, mais precisamente em 2007, houve o lançamento do Fundo Nacional de Educação Básica (FUNDEB) - Lei nº 11.494/2007. No final de 2009 é aprovada as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil e EC nº 59, que tornou obrigatória a frequência das crianças nas escolas de educação infantil, a partir dos quatro anos de idade. Consequentemente, em 2013 foi sancionada a Lei 12.796/2013 que altera a LDB nº 9394/96 “[...] que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor a formação dos profissionais da educação [...]” (BRASIL, 2016). E, inclui a oferta da educação gratuita para as crianças da educação infantil, o atendimento especializado e gratuito aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e a considerar a diversidade étnico racial. A posteriori, foi feito “O Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei 13.005/2014 definiu 10 diretrizes que devem guiar a educação brasileira neste período e estabeleceu 20 metas a serem cumpridas na vigência [...]” (BRASIL, PNE, 2014).

De acordo com Cardim (2015), aconteceu na Coreia do Sul o Fórum Mundial de Educação pela Unesco no ano de 2015 e no ensejo foi aprovada a Declaração de Incheon - OD54 que contempla cinco temas, com ações a serem desenvolvidas entre 2015 e 2030, a partir dos compromissos do movimento Educação para todos (EPT).

Em consonância com outras diretrizes surge o Marco Legal da 1º Infância em 2016, e de acordo com o artigo 1º “Esta Lei estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano [...]” (BRASIL, 2016).

Por fim, foi homologada em 2017:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (BNCC, 2017, p.7).

Em vista dos argumentos apresentados, a Base Nacional Comum Curricular, foi elaborada para dar mais sustentabilidade ao que já se previa nas Leis educacionais existentes. Veio precisamente para normatizar a educação brasileira e promover a igualdade dos conteúdos educacionais, orientar a reformulação dos currículos, bem como, as propostas pedagógicas das escolas. Além de contribuir para alinhamentos das políticas de formação dos professores, entre outros, além de garantir às crianças da educação infantil direitos de aprendizagens, para que elas tenham condições de se desenvolver de maneira integral.

Assim, a Base Nacional Comum Curricular tem como ações previstas “criar e disponibilizar materiais para orientação dos professores, bem como, manter processos permanentes de formação docente que possibilitem o contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem” (BNCC, 2017, p.16).

Em conformidade, Banks, (et al., 2019, p. 197) diz que “Nas escolas de hoje, os professores devem estar preparados para ensinar uma população diversa de alunos, naturalmente a diversidade é a natureza da espécie humana, e os alunos são e sempre foram diferentes entre si de várias formas. No entanto, as escolas nem sempre tiveram a missão de dar suporte às conquistas de todos os alunos, e as tarefas das crianças em escola e sala de aula [...]”.

Em pleno século XXI, com todas as informações tecnológicas, as crianças perguntam, argumentam, se movimentam, expõe o seu pensamento, convivem com seus pares e com os adultos. O processo de ensino e aprendizagem já não se resume em ouvir o professor, apesar de que, alguns devido a formação que receberam e acreditam em turmas homogêneas e aplicam atividades mecanizadas. Não reconhecendo que as crianças

são ativas, manifestam-se, por meio de um processo dinâmico de convivência e interação com seus pares, e com os adultos, e que assim, precisa agir.

Silva (2015, p.15) ressalta que “[...] nós professores de educação, somos profissionais da cultura e não de um padrão único de aluno, de currículo, de conteúdo de práticas pedagógicas, de atividades escolares. Somos diferentes em raça/etnia, nacionalidade, sexo, idade, gênero, crenças, classe [...]”. Martins, (2019, p. 30) acrescenta “[...] com deficiência, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades / superdotação.

Banks (et al. 2019, p. 198), salienta que “[...] observar esses fatores e suas interações, são importantes para os professores que querem construir ‘uma prática pedagógica de equidade’. Incorporamos aspectos da base de conhecimento sobre o desenvolvimento, aprendizagens e diferentes aprendizagens associadas a excepcionalidades. “[...] Os professores precisam saber para construir uma prática pedagógica, um currículo e avaliação adaptáveis ao aluno.

E para concluir, Candau (2018, p. 167) enfatiza: “nesse sentido, um grande desafio se impõe: saber e/ou aprender a lidar com essas diferenças [...]”. É preciso incorporá-las “[...] como riquezas às suas ações, práticas, atividades, bem como, aos processos de ensino-aprendizagem vividos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa bibliográfica, descritiva, qualitativa, a qual nos propusemos buscar respostas para corroborar com a superação dos desafios encontrados pelos professores ao trabalhar com diferentes grupos de crianças na educação infantil, obteve resultados relevantes, mesmo com os poucos escritos encontrados, os quais, embasaram os estudos.

Percebe-se que desde a homologação da Constituição Federal em 1988, começou se a falar de educação de qualidade para todos e do desenvolvimento integral da pessoa humana. No entanto, somente a Base Nacional Comum Curricular (2017) veio para jogar luz na educação infantil e a colocar num patamar que engloba conteúdos, vivências e experiências que abrange os diferentes grupos, normatizando a base e valorizando as diferenças, em especial por ter sido elaborada a muitas mãos.

O processo foi longo, muitas Leis a anteciparam, porém na sociedade brasileira a Educação de qualidade para todos é um longo caminho a ser percorrido. Há crianças da escola da educação infantil fora da escola mesmo que seja obrigatória a sua frequência e

a equidade ainda não acontece. Portanto, “O cumprimento do aparato legal não significa potencialmente garantir a manutenção e a qualidade do serviço anunciado, uma vez que o desenvolvimento de competências relativas à educação requer um trabalho [...]” “[...] o qual não deve limitar-se a uma única abordagem” (DENARI e SIGOLO, 2016, p. 27 apud RODRIGUES, 2006).

Diante dessa colocação, é evidente que o professor de educação infantil deve continuar buscando conhecimentos para compreender as diferenças, ir adquirindo experiências, ampliando as habilidades e competências, e cada vez mais, em união com outros profissionais ir superando os desafios, pois as normativas ditam as regras e ao serem iseridas nas escolas estão nas mãos dos professores para serem adaptadas ao contexto, embasar os planejamentos e assim, serem executadas.

Vindo de encontro à Base Nacional Comum Curricular Candau (2016, p. 8) acrescenta que:

“[...] há avanços nessa perspectiva hoje em dia, principalmente se os livros estão selecionados pelo Ministério da educação que tem uma série de critérios que devem ser obedecidos e comissões de especialistas que analisam os livros apresentados pelas editoras [...]”. O modo com que são tratados e julgados esses fatores faz com que os livros editados recentemente de alguma maneira contemple as diferenças.

Fica evidente que o processo que contempla as diferença estão chegando a passos lentos de cima para baixo, pois na prática é possível encontrar livros de literatura infantil envolvendo histórias de outras culturas, nações, etnias, costumes, vestuários, síndromes, deficiências físicas, receitas, brincadeiras tradicionais, entre outros. Esses recursos contribuí muito, com os planejamentos e a prática pedagógica. E aos poucos, as crianças através do contato com esses materiais, da leitura expressiva pelo professor, fortalecidas pelo diálogo percebem como as diferenças são valorizadas e que todas precisam ser aceitas no meio social da forma como são.

Em consonância Martins, (et al., 2019, p. 49) diz que:

É de suma importância que o professor possa reconhecer e atender as necessidades coletivas e individuais das crianças, por isso é necessário um olhar atento do professor para o que ocorre com cada criança e com a turma como um todo, o que será facilitado pela organização do espaço físico e da rotina que viabilize momentos diversos: de grandes e de pequenos grupos, bem como, individuais.

Diante do exposto é possível pensar em propostas interessantes que contribuem para a superação dos desafios encontrados, ao propor que as crianças participem de atividades diversificadas como rodas de conversas, atividades de leitura e escrita, do

convite para expor seus desenhos pelos espaços da escola, confeccionar murais de fotografias, dançar, construir cabaninhas para que possam brincar com outras crianças (casinha de bonecas), convidar uma pessoa da família para fazer alguma receita, propor jogos de tabuleiro e brincadeiras no parque, cantar cantigas de roda com o grupo. Estas atividades engloba as crianças e permite a convivência com outras culturas. As diversas expressões valoriza as singularidades das crianças e ao mesmo tempo que acontecem diversas experiências de aprendizagens que colaboram para o seu desenvolvimento humano e integral.

Ibernón (2009, p. 10), orienta que “[...] Não podemos separar a formação do contexto de trabalho ou nos enganaremos no discurso. Assim tudo o que se explica não serve para todos, nem em todo lugar. O contexto condicionará as práticas formativas e sua repercussão no professorado e, é claro, a inovação e a mudança [...]”.

Diante das orientações, das estratégias e dos recursos discutidos anteriormente, fica evidente a necessidade da formação continuada dos professores na própria instituição de ensino, linkadas às vivências e à realidade, dessa forma, será possível planejar e desenvolver um trabalho de qualidade que atenda as individualidades existentes.

Nesses momentos de formação, devem acontecer as trocas de experiências, o diálogo, discussões sobre os pontos de vistas, estudar, inovar os conhecimentos de acordo com as demandas, refletir e planejar ações pedagógicas para cotidianamente encontrar caminhos para superar os desafios ao trabalhar com os diferentes grupos de crianças. na educação infantil, ressignificando os seu caminhos, já que estão inseridas nos espaços escolares.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao final dessa investigação qualitativa constatamos que as possibilidades de reflexão não foram esgotadas, por ser um tema complexo, envolvente e tão necessário para a prática docente. Descrevemos neste artigo alguns pontos que nos parecem mais aproximados do tema ficando em aberto indícios de que precisam ser revisitados.

Apontamos os meios legais que marcam a trajetória dos avanços e conquistas no seguimento da educação infantil, e que se propõe a garantir os direitos, a proteção e o desenvolvimento integral das crianças através do convívio social.

Destaca-se nesta temática a expressão “diferentes”, pois está presente nos grupos de crianças, nas formas de aprendizagem, no ritmo, na convivência, no jeito de ser e agir, bem como, nas individualidade e características de cada uma.

Sendo assim, obtivemos com resultados temporários da pesquisa, apontamentos que dão sugestão de atividade que contemplam as diferenças e estão em consonância com a BNCC. Destacando que a formação continuada de professores, no contexto do trabalho, possibilita a troca de experiências, discussões, planejamentos e busca de novos conhecimentos que cotidianamente contribuem para a superação dos desafios encontrados no trabalho com diferentes grupos na educação infantil.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 17 de junho de 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2006. Disponível em: [https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/miolo\\_infraestr.pdf](https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/miolo_infraestr.pdf). Acesso em: 17 de junho de 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretária de Educação Infantil e Educação Básica. Política Nacional de Educação Infantil: Pelos direitos das crianças de zero a seis anos. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/polinaci.pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005/2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 19 de junho de 2021.

\_\_\_\_\_. Câmara do Deputados. Centro de Estudos e Debates Estratégicos. Primeira Infância: Avanços do Marco Legal da Primeira Infância. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudios/pdf/obra-avancos-do-marco-legal-da-primeira-infancia>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

BANCKS, J.; SMITH, M. C.; MOLL, L.; RICHERT, A.; ZEICHNER, K.; LEPAGE, P.; HAMMOND, L.D; DUFFY, H. MCDONALD, M. Ensinando Aprendizizes Diversos. In: HAMMOND, L. D.; BRANSFORD, J. Preparando os Professores Para um Mundo em Transformação. Porto Alegre: Penso, 2019.

CANDAU, Maria Vera. Didática: Tecendo / Reinventando a Prática. 1.ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018.

CARDIM, Paulo. Fórum Mundial de Educação - 2015: Declaração de Incheon. Disponível em: <https://www.belasartes.br/diretodareitoria/artigos/forum-mundial-da-educacao-2015-declaracao-de-incheon>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

DENADARI, F. E.; SIGOLO, S.R. R. L. Formação de Professores em Direção à Educação Inclusiva: Dilemas Atuais. In: POKER, B.R.; MARTINS, S. E. S. O.; GIROTO, C. R. M. Educação Inclusiva: Em Foco a Formação de Professores. São Paulo: BrCultura Acadêmica, 2016.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: Como fazer pesquisas qualitativas em Ciências sociais. 8.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

IBERNÓN, Francisco. Formação Permanente do Professorado: Novas tendências; Tradução: Sandra Trabuco. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2009. MARTINS, G. D. F.; STENBERG; ROZEK, M. Infância e Inclusão: Princípios Inspiradores da Atuação na Educação Infantil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M. C. de S. [et al.] (Org.) Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

SILVA, Lays. Diversidade em Debate: Diversidade Cultural na Escola. Porto Alegre: Escola do Instituto de educação da Universidade do Rio Grande: 2015; vol. 3, nº 06. Disponível em: <http://revistadiversidadedeeducacao.furg.br/index.php/ct-menu-iten-1.html>. Acesso em: 10 de julho de 2021.

SILVA, Vanja Mara Barbosa da. A Diversidade em Sala de Aula: Um Desafio Sempre Atual. Brasília: UNB. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/17084>. Acesso em: 14 de junho de 2021.